



Dirigentes dos países do BRICS (da esquerda para a direita) Vladimir Putin, Narendra Modi, Dilma Rousseff, Xi Jinping e Jacob Zuma dão as mãos em demonstração de união, 15 de novembro de 2014, durante a cúpula do G20 em Brisbane, Austrália. O acrônimo BRICS representa as cinco principais economias nacionais emergentes do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. (Foto: Roberto Stuckert Filho, Agência Brasil)

# O *Soft Power* Chinês

## Criação de desafios antiacesso na região do Indo-Pacífico

Maj Robert F. Gold, Exército dos EUA

**E**m 1949, um grande número de militares nacionalistas e refugiados civis chineses sob a liderança de Chiang Kai-shek fugiu para Taiwan para escapar dos violentos ataques das forças comunistas chinesas na China continental. Os grandes combates da sangrenta Guerra Civil Chinesa

terminaram. No entanto, a falta de um armistício ou acordo de paz significa que o conflito permanece sem uma resolução política. Desde 1949, o Partido Comunista da China (PCC) busca anexar Taiwan e colocar os nacionalistas chineses sob seu controle. O passar do tempo não diminuiu o interesse chinês

nesse objetivo. Essa ameaça a Taiwan mostrou ser uma contínua questão geopolítica para a região.

Taiwan fica a aproximadamente 180 quilômetros da costa leste da China, separada pelo chamado Estreito de Taiwan. A nação insular também é delimitada pelo Mar do Leste da China, Mar do Sul da China e Mar das Filipinas. Essas águas desempenham um papel importante na economia mundial. Cerca de 80% do volume do comércio global é transportado por mar, sendo que cerca de um terço desse tráfego passa pelo Mar do Sul da China.<sup>1</sup> Esse volume de comércio no Mar do Sul da China foi estimado em USD 3,37 trilhões em 2016.<sup>2</sup> Além do comércio internacional, a região também é rica em recursos naturais, como hidrocarbonetos, que abastecem as economias da região. Taiwan se situa estrategicamente ao longo das rotas comerciais e dos recursos energéticos. Isso coloca Taiwan em competição com a China, a qual busca obter o comércio e os recursos necessários para conquistar a hegemonia em âmbito regional, se não global.

O volume de comércio que passa pelos mares asiáticos e os recursos da região não são de interesse apenas para a China. A região também é de grande interesse para os Estados Unidos da América (EUA) por razões econômicas e de segurança. Os EUA dependem fortemente do comércio por toda a Ásia. Por exemplo, o comércio de bens e serviços com os demais 20 Estados-membros do Fórum de

Cooperação Econômica Ásia-Pacífico em 2018 totalizou USD 3,2 trilhões.<sup>3</sup> Para manter o fluxo de bens e serviços, os EUA estão interessados na segurança geral da região. No entanto, a presença estadunidense é vista como perturbadora pelo governo chinês, sendo conflitante com seus interesses.

Nos últimos anos, tem havido muito debate sobre as capacidades chinesas de antiacesso/negação de área na

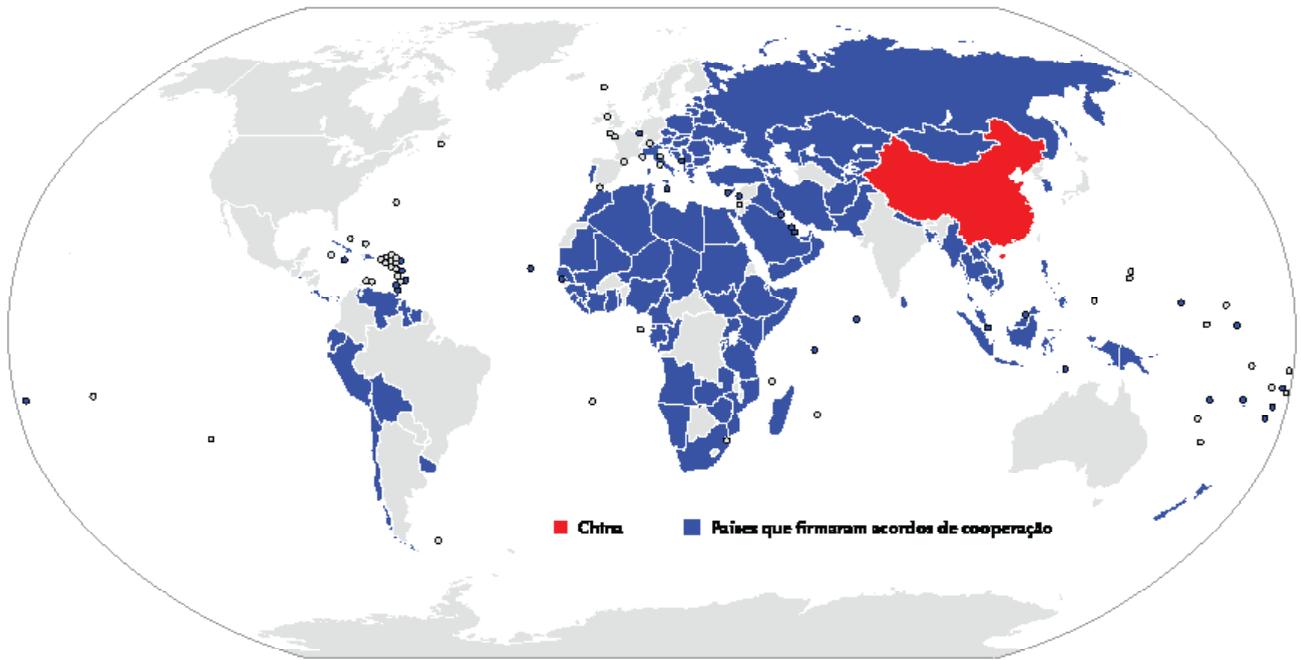
região do Indo-Pacífico. Esses debates costumam centrar-se nas crescentes capacidades militares chinesas. Impulsionada pelo crescimento econômico, a China passou anos reformando suas Forças Armadas e investindo em diversas tecnologias militares. Mapas da região do Indo-Pacífico normalmente mostram “leques” vermelhos indicando as zonas de engajamento de armas dos mísseis antinavio e antiaéreos chineses. No entanto, apesar da ameaça que essas armas podem representar, o poder militar é apenas um dos componentes do poder nacional utilizados pela China para negar o acesso dos EUA à região, especialmente se pretendessem defender Taiwan, que é estrategicamente importante para eles.

A China passou anos empregando diplomacia, operações de informação e investimentos econômicos para moldar o ambiente global e influenciar os países vizinhos. Entretanto, apesar de sua perspectiva global, a China ainda olha para o outro lado do estreito, desejando alcançar seu objetivo de longo prazo de anexar Taiwan. Os esforços diplomáticos, informacionais e econômicos chineses estão preparando o terreno para possibilitar que a China se aposse de Taiwan no futuro por meio de seu isolamento. Além disso, esses meios não militares do poder nacional estão sendo empregados para separar os EUA de seus aliados regionais e negar o rápido acesso a potenciais locais de crise. Para as Forças Armadas dos EUA, enfrentar os mísseis antinavio e antiaéreos chineses é apenas um dos problemas para a obtenção de acesso à região. Elas podem, um dia, enfrentar uma realidade em que o acesso aos portos marítimos e aeroportos do Indo-Pacífico não seja apenas dificultado por mísseis de longo alcance, mas também por manobras políticas e investimentos externos chineses. Essa realidade exigirá que as Forças Armadas estadunidenses, especialmente o Exército, estejam preparadas para conduzir uma gama de operações anfíbias em todas as áreas litorâneas da região. Isso será vital para proteger os interesses e aliados dos EUA na região.

## A diplomacia chinesa no ambiente estratégico

Politicamente, a China está bastante engajada mundialmente devido à sua Iniciativa ‘Um Cinturão, Uma Rota’. A Iniciativa ‘Um Cinturão, Uma Rota’ foi anunciada pelo Presidente chinês Xi Jinping durante

**O Maj Robert F. Gold, do Exército dos EUA,** é aluno do U.S. Army Command and General Staff College, em Fort Leavenworth, Kansas. Em sua função mais recente, serviu como chefe da equipe de assessoria junto ao 5º Batalhão, 2ª Brigada de Assistência a Força de Segurança, em Fort Bragg, Carolina do Norte. É mestre em Relações Internacionais pela Troy University e bacharel em Administração de Empresas pela Widener University.



(Figura: Owenilson via Wikimedia Commons, [CC BY-SA 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/); legenda traduzida)

## Participantes da Iniciativa 'Um Cinturão, Uma Rota' em 27 de abril de 2019

uma viagem ao Cazaquistão em 2013 e é uma estratégia de desenvolvimento global que abrange dezenas de países.<sup>4</sup> O objetivo dessa estratégia para a China é criar novos corredores e oportunidades de comércio em todo o mundo por meio de rotas terrestres e marítimas. Além disso, a maior interação econômica com outros países permite à China aumentar suas interações culturais também. A China espera concluir essa iniciativa até 2049, para coincidir com o centenário da assunção de poder do PCC no país. Para alcançar esse objetivo, a China permanece politicamente engajada de várias formas. Parte da estratégia chinesa consiste em continuar a participar de organizações internacionais para demonstrar sua capacidade de ser líder regional e global. Por meio desses fóruns internacionais, a China realiza campanhas diplomáticas para promover seus interesses e deslegitimar as reivindicações de outros por meio da 'guerra jurídica' (*lawfare*), ou enfrentamento jurídico.

Os corredores de comércio terrestres chineses na Ásia e na Europa se beneficiam muito da participação do país na Organização de Cooperação de Xangai (*Shanghai Cooperation Organization, SCO*), da qual é membro fundador. A SCO é uma organização intergovernamental fundada originalmente para desempenhar um papel na segurança regional da Ásia Central.

Entretanto, seu papel se expandiu para ampliar os laços políticos e econômicos entre os Estados-membros. Os membros originais da aliança incluíam a China, Rússia, Quirguistão, Cazaquistão e Tadjiquistão, mas ela cresceu, passando a incluir Índia, Paquistão e Uzbequistão. Alguns Estados detêm o status de observadores na SCO, e a organização está em diálogo com a Turquia, Camboja, Sri Lanka, Armênia, Azerbaijão e Nepal. O engajamento político da China por meio de sua participação na SCO permitiu-lhe obter suas rotas terrestres para a Iniciativa 'Um Cinturão, Uma Rota'.

A SCO é apenas um exemplo da participação chinesa em instituições intergovernamentais. A China também desempenha ativamente um papel na Organização das Nações Unidas (ONU), detendo um assento permanente no Conselho de Segurança e participando de organizações filiadas a ela, como o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Tribunal Penal Internacional. Além disso, a China também desdobra tropas regularmente como parte das operações de manutenção da paz da ONU. A participação ativa em instituições internacionais e na comunidade global permite à China promover seus engajamentos diplomáticos e mostrar-se como líder em importantes questões internacionais. Além disso, isso permite que a China

molde os ambientes estratégico e operacional na região do Indo-Pacífico, buscando atrair os aliados dos EUA para a esfera de influência chinesa e limitar oportunidades estadunidenses para o engajamento na região.

O PCC também usa sua plataforma diplomática para deslegitimar concorrentes no Indo-Pacífico, conforme promove seus próprios interesses. A China faz isso por meio da guerra jurídica. Reivindica várias pequenas ilhas e recifes no Pacífico, usando a linguagem da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), colocando-a em disputa com países como o Japão e as Filipinas. A CNUDM regula a parte do Direito Internacional Público que trata do Direito do Mar, estabelecendo normas referentes ao uso dos oceanos do mundo e seus recursos.<sup>5</sup> A CNUDM concede aos Estados a capacidade de reivindicar direitos soberanos sobre uma zona econômica exclusiva que se estende por 200 milhas marítimas a partir da costa, incluindo o uso do leito do mar.<sup>6</sup> Além disso, os Estados podem reivindicar mares territoriais que não podem exceder 12 milhas marítimas a partir do litoral.<sup>7</sup>

No entanto, de acordo com a CNUDM, áreas que não sejam habitáveis não têm nenhuma zona econômica.<sup>8</sup>

A China alega que, historicamente, as ilhas Diaoyu (ilhas Senkaku, em japonês), uma pequena área desabitada perto de importantes rotas marítimas no Mar do Sul da China, lhe pertencem. Essa área oferece potenciais campos de petróleo e gás natural, bem como áreas de pesca abundante.<sup>9</sup> Além disso, a China está em disputa com as Filipinas em relação às ilhas Spratly e ao recife de Scarborough. Essas áreas, da mesma forma que as ilhas Diaoyu, são fontes potenciais de recursos naturais para alimentar a economia chinesa. A China utilizou suas reivindicações sobre essas áreas como justificativa para ocupá-las e ampliá-las com várias ilhas artificiais. Buscando usar

a linguagem da CNUDM, a China alega que suas águas territoriais se estendem por 12 milhas a partir da costa dessas ilhas artificiais.

Essa alegação do governo chinês foi contestada em um tribunal internacional. Uma decisão proferida pelo Tribunal Internacional de Haia, em 2016, apoiou as Filipinas, determinando que o governo chinês não pode reivindicar águas territoriais de áreas que estão, essencialmente, submersas e dentro das zonas econômicas exclusivas de outros Estados.<sup>10</sup> No entanto, apesar dessa decisão, os chineses continuam a desafiar a liberdade de operações de navegação da Marinha dos EUA no Mar do Sul da China.

A China também usa a guerra jurídica para melhorar seu posicionamento estratégico, mediante a aplicação do Direito Contratual. Como parte da Iniciativa 'Um Cinturão, Uma Rota', a China, por meio de empresas estatais, investiu em infraestrutura ou estabeleceu parcerias com outras nações em projetos de infraestrutura. Esses projetos incluem portos marítimos, aeroportos e infraestrutura energética.



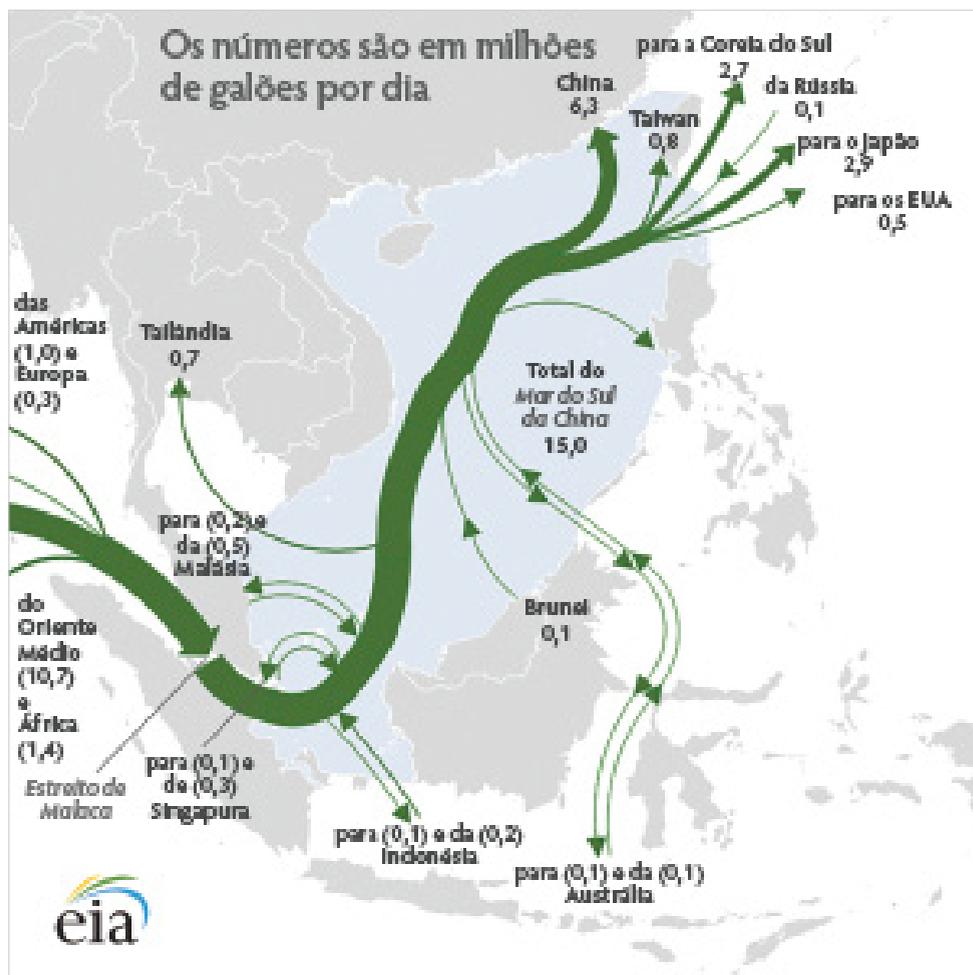
(Figura: Jackpoid, Wikimedia Commons, [CC BY-SA 3.0](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Senkaku_Islands_Map); legenda traduzida)

## Disputadas Ilhas Senkaku no Mar do Leste da China

Empréstimos chineses a Estados mais pobres no Indo-Pacífico têm o potencial de criar uma ‘armadilha de dívida’ se eles deixarem de pagar. O Sri Lanka teve uma experiência dessas com a construção do porto em Hambantota, que foi terceirizada para a China Harbor Engineering Company.<sup>11</sup> No entanto, o porto não gerou receitas suficientes para permitir que o Sri Lanka saldasse os empréstimos chineses que haviam custeado sua construção. Isso foi porque a Autoridade Portuária do Sri Lanka havia estabelecido um acordo com a China de se abster do tráfego de contêineres em Hambantota por um tempo, para não prejudicar esse tipo de tráfego no Porto de Colombo.<sup>12</sup> O Sri Lanka acabou devendo aos chineses o equivalente a USD 1,3 bilhão, sem possibilidade de pagar empréstimos financiados pela China.<sup>13</sup> A China fez valer as condições de seu contrato com o Sri Lanka e ordenou que a empresa estatal China Merchants Group assumisse a participação majoritária no porto. Além disso, o Sri Lanka foi forçado a arrendar 15 mil acres (cerca de 6 mil hectares) de terra aos chineses ao redor do porto por um período de 99 anos.<sup>14</sup> Essas ações permitiram aos chineses obter o controle de um porto marítimo no Oceano Índico.

Hambantota é apenas um exemplo da execução chinesa de seus contratos junto a outros governos. Embora o comportamento chinês relativo a empréstimos não seja, necessariamente, de natureza predatória, a China, por meio de suas empresas estatais, tem se envolvido em muitos projetos por toda a região do Indo-Pacífico

com Estados economicamente subdesenvolvidos. Isso cria as condições para que a China tenha pelo menos uma participação minoritária (se não majoritária) em infraestrutura de que os EUA talvez precisem para projetar forças e desenvolver poder de combate, caso ela ameace Taiwan. Essas condições conferem à China poder político sobre nações anfitriãs, que ela pode aplicar para negar locais cruciais, como portos marítimos, aeródromos e outras instalações importantes para o uso das Forças Armadas dos EUA. Além disso, a presença de empresas chinesas e de seus operários nesses locais gera uma questão de segurança operacional para as tropas estadunidenses concentradas em uma área. Por fim, o controle de infraestrutura por empresas chinesas potencialmente limitaria o apoio contratual com o qual as Forças Armadas estadunidenses poderiam contar.



(Figura: U.S. Energy Information Administration)

## Grandes fluxos comerciais de petróleo bruto no Mar do Sul da China (2016)

## Atividades de influência chinesas

Além de seus esforços diplomáticos, a China também utiliza operações de informação para manipular o ambiente estratégico com o objetivo de minar as parcerias de segurança com os EUA na região do Indo-Pacífico. A China também concentra muitas atividades suas internamente como parte de uma estratégia de informação cuidadosamente planejada. No contexto do regime autoritário chinês, o PCC controla firmemente a internet e outras formas de mídia dentro da China, a fim de cultivar sua imagem cuidadosamente perante o resto do mundo. Isso resultou na engenharia social do povo chinês, promovendo uma mensagem nacionalista para tornar seus cidadãos mais patrióticos e favoráveis aos interesses estratégicos chineses. Por exemplo, a China faz parecer com que ela seja a vítima em relação à decisão do tribunal internacional quanto a suas reivindicações sobre ilhas no Mar do Sul da China. Fazendo o papel de vítima, ela alega que a liberdade de operações de navegação da Marinha dos EUA representa um desafio direto à soberania chinesa. Isso levou cidadãos chineses a expressarem indignação nas mídias sociais, com alguns pedindo guerra.<sup>15</sup>

Conforme mencionado, as atividades de influência da China não se limitam a seu próprio povo. A China também usa a propaganda e as mídias sociais para interferir na política dentro de outros países e promover valores culturais chineses.<sup>16</sup> A China direcionou suas atividades de influência a cidadãos chineses em países como Austrália e Nova Zelândia, além de outros no Indo-Pacífico. Por meio de doações políticas ligadas a Pequim e do silenciamento de críticos externos, a China é capaz de influenciar o debate interno em países estrangeiros, levando ao reexame de seus pontos de vista sobre as políticas chinesas. Mediante esses representantes, ou *proxies*, ela argumenta contra o reconhecimento de Taiwan, em prol do reconhecimento do modelo de desenvolvimento econômico chinês e pela promoção de relações amigáveis com a China. Além disso, a China também financia Institutos Confúcio em universidades e escolas secundárias em todo o mundo. Esses institutos têm por objetivo compartilhar o idioma e cultura chineses com alunos e educadores. Entretanto, os Institutos Confúcio ensinam uma visão matizada da cultura chinesa que desencoraja um discurso crítico sobre as políticas do país.

Essas atividades de influência servem para isolar Taiwan da comunidade internacional e fazer com que seja mais vulnerável aos objetivos chineses de reunificação. Em 2018, de acordo com o Departamento de Defesa dos EUA, Taiwan perdeu três parceiros diplomáticos, deixando apenas 17 países que lhe concedem reconhecimento diplomático.<sup>17</sup> Além disso, Taiwan continua a ter o reconhecimento formal recusado por muitas instituições internacionais, como a ONU. Esforços chineses para influenciar a opinião também levaram, como consequência, alguns cidadãos taiwaneses a exigir a reunificação com a China.<sup>18</sup> Tal consequência criaria um ambiente operacional dinâmico e complexo, se os EUA fossem ajudar Taiwan no caso de uma tentativa de anexação hostil por parte da China.

Ainda mais importante para os EUA, as atividades de influência chinesas servem para separar os EUA de seus aliados no Indo-Pacífico. Embora esteja minando as parcerias de segurança dos EUA, a China não quer, necessariamente, tornar-se o parceiro de segurança preferencial no Indo-Pacífico.<sup>19</sup> Em vez disso, ela quer degradar a influência estadunidense, enquanto busca seus próprios objetivos, como a anexação de Taiwan. As grandes distâncias do Pacífico e a geografia fazem com que os EUA dependam da cooperação em segurança com países por toda a região, para proteger os interesses estadunidenses. A deterioração das relações diplomáticas e de segurança com aliados de longa data tornaria mais difícil para os EUA projetar o poder e obter uma estratégia de estabelecimento de bases para contrabalançar o poder chinês.

## Utilização da economia para moldar o ambiente

O crescimento da economia chinesa tem sido notável desde que a reforma econômica passou a ser uma prioridade para o governo chinês no final da década de 1970. Como um país comunista, a economia da China foi planejada centralmente durante décadas, com a liderança chinesa enfatizando a autarquia, ou autossuficiência econômica. A economia chinesa era de base agrícola e não interagiu muito com a economia global. No entanto, por meio de políticas voltadas à reforma econômica, os chineses têm conseguido passar para uma economia mais próxima à de mercado. É importante reconhecer, porém, que a economia chinesa, ainda que de mercado, continua sendo socialista.

Uma grande diferença entre a economia chinesa e os mercados capitalistas é o nível de participação do governo no mercado. A presença de empresas estatais na China permite que o PCC mantenha um grau de controle sobre ele. As empresas estatais constituem apenas 3% das empresas em operação na China, mas representam 40% do capital de negócios no país.<sup>20</sup> Essa limitação sobre o controle privado de ativos fixos por parte da China é diferente de uma economia de mercado capitalista, em que o controle privado é incentivado, em lugar da intervenção do governo. No entanto, o controle chinês do mercado por meio da ação governamental lhe permite influenciar mais diretamente o curso de sua própria economia.

o investimento estrangeiro direto para a China, à medida que os fabricantes buscam tirar partido de uma força de trabalho mais barata para reduzir seus custos de produção e aumentar o lucro.

A China se beneficiou muito de sua riqueza crescente, que ela utiliza para financiar a reforma de suas Forças Armadas e ampliar sua esfera de influência por meio de investimentos direcionados. As reformas militares chinesas estão em curso há muitos anos, tendo por objetivo capacitar as Forças Armadas do país a competir de forma mais eficaz com os EUA e com o Japão. Além disso, Forças Armadas mais fortes permitem à China alcançar seus interesses no exterior por meio de sua projeção de força.



A maior riqueza da China permitiu-lhe investir em projetos de infraestrutura que ampliaram sua esfera de influência, possibilitando que ela se posicionasse em todo o mundo.



O benefício que a China obtém com o relaxamento de restrições econômicas é que isso tem incentivado indivíduos e empresas a participar de forma mais plena no mercado global.<sup>21</sup> A China busca tirar proveito disso por meio da Iniciativa ‘Um Cinturão, Uma Rota’, conforme mencionado anteriormente. Para apoiar essa iniciativa, ela também estabeleceu o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura. Esse banco é uma instituição de crédito que a China utiliza para apoiar seus projetos de investimento em infraestrutura não apenas na região do Indo-Pacífico, mas também no resto da Ásia, na África, na América do Sul e na Europa. Acredita-se que o governo chinês esteja envolvido na construção ou operação de pelo menos 42 portos em 34 países.<sup>22</sup> Além disso, em 2015, ao que consta, a Administração de Aviação Civil da China tinha 51 projetos em andamento em aeroportos vinculados à Iniciativa ‘Um Cinturão, Uma Rota.’<sup>23</sup>

A reforma econômica chinesa levou a um aumento do produto interno bruto e da riqueza líquida que permitiu que quase um bilhão de chineses fossem retirados da pobreza. No entanto, apesar de um aumento da riqueza relativa, a China ainda é uma grande fonte de mão de obra barata. Isso tem atraído

Como parte de suas reformas, o Exército de Libertação Popular (ELP) reduziu suas fileiras em 300 mil pessoas e condensou seus sete distritos militares em cinco nos últimos anos.<sup>24</sup> Isso não só permite um comando e controle mais eficiente das forças chinesas, como também libera uma parcela significativa do orçamento militar chinês para aquisições. A maior riqueza chinesa possibilitou a aquisição de mísseis mais novos (por exemplo, o DF-21, conhecido como ‘carrier killer’, ou ‘destruidor de porta-aviões’), aeronaves de quinta geração e navios. A China mantém agora dois porta-aviões, um adquirido da Rússia (o *Liaoning*) e o outro construído em âmbito nacional (o *Shandong*). Esses porta-aviões sinalizam a intenção chinesa de estender sua influência fora das águas territoriais chinesas.

A China também ampliou seus investimentos em navios anfíbios e estrutura de força. A Marinha do ELP mantém cinco docas de transporte anfíbio Tipo-071, com mais três em construção desde 2018.<sup>25</sup> Além disso, segundo as informações disponíveis, em 2019, ela planejava construir três navios-doca de helicóptero de desembarque Tipo-075. O PCC também ampliou o estranhamente denominado Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do ELP de apenas duas

para sete brigadas.<sup>26</sup> Além disso, segundo as informações disponíveis, duas divisões das forças terrestres do ELP foram reestruturadas como brigadas anfíbias mecanizadas de armas combinadas.<sup>27</sup> Tal como os porta-aviões, um aumento da capacidade anfíbia permite à China projetar poder no exterior, indicando que ela pretende combater de forma expedicionária, como os EUA.

A reforma econômica chinesa permitiu-lhe fazer várias coisas. A maior riqueza da China permitiu-lhe investir em projetos de infraestrutura que ampliaram sua esfera de influência, possibilitando que ela se posicionasse em todo o mundo. Os projetos de infraestrutura chineses em portos marítimos e aeroportos civis oferecem possíveis locais para o governo chinês projetar e desenvolver seu poder de combate em resposta aos interesses chineses em todo o mundo. Além disso, a China utilizou sua riqueza para tirar proveito de outros Estados em busca de seus objetivos políticos. Um dos resultados disso é o isolamento cada vez maior do governo de Taiwan, uma vez que menos Estados lhe concedem reconhecimento diplomático. O aumento da riqueza chinesa também possibilitou um enorme gasto em reformas militares por parte do governo chinês. Esse aumento dos gastos militares permite que o ELP seja mais competitivo com os EUA e serve para criar um instrumento de *hard power* (poder duro ou coercitivo) capaz de coagir Taiwan a aceitar a reunificação.

## O que isso significa para os EUA

Apesar dos esforços da China para moldar a região do Indo-Pacífico, cabe observar que ela não bloqueou o acesso estadunidense à região; apenas o tornou mais difícil. Há anos que os EUA vêm se posicionando para defender seus interesses longe do território continental estadunidense. Isso inclui tropas desdobradas no exterior, bem como equipamentos pré-posicionados. Os EUA ainda têm grande capacidade para enfrentar seus adversários por todo o mundo. Contudo, uma vulnerabilidade das Forças Armadas dos EUA é sua dependência em relação à infraestrutura existente para apoiar a necessidade logística de desenvolver poder de combate e de combater no exterior.

Ao longo das últimas duas décadas, os EUA se mostraram especialmente dependentes de aeroportos e portos marítimos para receber grandes quantidades



“A China tem uma enorme variedade de ferramentas multimídia para executar ‘Operações de Informação’. Utiliza operações on-line, produções audiovisuais e, é claro, veículos tradicionais, como jornais e canais de notícia na televisão. Segundo as informações disponíveis, ela controla mais de 3 mil canais públicos de televisão no mundo, mais de 150 canais por assinatura, cerca de 2.500 estações de rádio, cerca de 2 mil jornais e 10 mil revistas e mais de 3 milhões de sites na internet. A maior e, de longe, mais importante peça nesse aparato de propaganda é o *Global Times*. É um tabloide que foi apropriado pelo PCC, que agora tenta fazê-lo passar como um jornal diário. Antes, ele só saía em chinês para consumo interno; em 2009, passou a ser publicado em inglês para atender aos ‘leitores internacionais’”.

Trecho cedido do artigo “The Global Times: Obnoxious Headquarter of Chinese Information Warfare”, de Cel (Res) Jaibans Singh, *NewsBharati*, 23 September 2020, <https://www.newsbharati.com/Encyc/2020/9/23/Information-Global-Times-.html>.

Foto: O Presidente chinês Xi Jinping profere discurso em 18 de maio de 2020 durante a 73ª Assembleia Mundial de Saúde, em Pequim. (Foto: Li Xueren, Xinhua News Agency)

de efetivos e equipamentos para a recepção, concentração, movimento para as linhas de frente e integração em um teatro de operações. Além disso, as Forças Armadas dos EUA se tornaram mais dependentes do apoio de empresas contratadas para atender às suas necessidades logísticas operacionais. No entanto, as operações na região do Indo-Pacífico podem exigir uma abordagem diferente no futuro, que seja menos dependente de instalações existentes e do apoio de empresas contratadas. As Forças Armadas dos EUA devem estar preparadas para um ambiente não permissivo, onde não tenham acesso à infraestrutura de que necessitam para operações de combate de grande porte. Nesse tipo de ambiente, a força conjunta pode precisar conduzir operações distribuídas de assalto anfíbio, abrir ou construir portos marítimos, construir pistas de pouso de aeronaves e executar operações de logística conjunta a distância da costa para sustentar as operações. No futuro, os EUA talvez precisem obter acesso a uma parte do Indo-Pacífico lutando em direção à terra para conquistar ou construir as instalações de que necessitem para combater e vencer.

Entretanto, enquanto a China desenvolve sua capacidade anfíbia, a capacidade de conduzir operações anfíbias vem diminuindo gradualmente nas Forças Armadas dos EUA desde o final da Segunda Guerra Mundial.<sup>28</sup> A Marinha dos EUA mantém 32 navios de guerra anfíbios, aquém dos 50 navios de apoio anfíbio necessários segundo algumas estimativas. Ainda assim, desses navios de guerra anfíbios, apenas 16 são capazes de apoiar operações em qualquer dado momento.<sup>29</sup> Além disso, o Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA está passando por uma revisão de sua estrutura de força, para se distanciar dos assaltos anfíbios em larga escala e do combate terrestre continuado. Em vez disso, o Corpo de Fuzileiros Navais está se dirigindo para uma estrutura de força que lhe permita operar em formações menores e tomar bases avançadas expedicionárias, a partir das quais fogos de precisão possam ser empregados contra um adversário.

O Exército dos EUA tem um papel importante a contribuir como parte de uma força conjunta na região do Indo-Pacífico. Tem as formações de combate, fogos de precisão e capacidades logísticas para conquistar terreno e conduzir operações sustentadas. Embora a capacidade anfíbia do Exército seja

deficiente, ela será necessária para superar os desafios chineses ao acesso na região do Indo-Pacífico. O Exército mantém uma pequena frota de embarcações tripuladas pelo Corpo de Transporte. Isso permite o movimento operacional e a manobra de pessoal e equipamentos em ambientes litorâneos. No entanto, essa frota de embarcações é pequena demais e mais adequada para o uso em ambientes permissivos. Além disso, os poucos que operam essas embarcações são os únicos especialistas em operações anfíbias do Exército atualmente. Existe uma lacuna significativa no conhecimento institucional para integrar plenamente as forças do Exército no planejamento conjunto para conduzir operações anfíbias.

No entanto, o Exército nem sempre foi avesso à condução de operações anfíbias. Durante a Segunda Guerra Mundial, o Exército participou de 58 das 61 operações anfíbias.<sup>30</sup> Também participou de seis operações de assalto de grande porte e apoiou outras sete operações anfíbias com a Marinha e o Corpo de Fuzileiros Navais. Unidades de engenharia anfíbias do Exército também demonstraram seu valor durante a Guerra da Coreia, capacitando forças da ONU a conduzir manobras terra-terra nas regiões litorâneas da península coreana. Contudo, após a Guerra da Coreia, a gestão de embarcações anfíbias foi transferida para o Corpo de Transporte do Exército.<sup>31</sup> Em meados da década de 1960, as últimas unidades anfíbias do Exército foram desativadas, conforme a Força voltou seu foco para o combate contra grandes formações de carros de combate soviéticas na Europa. Com essas últimas unidades, foi-se o conhecimento institucional para planejar e conduzir operações anfíbias lideradas pelo Exército.

Uma maneira de restabelecer a capacidade anfíbia no Exército dos EUA seria criar uma brigada multifuncional de engenharia e logística chamada Brigada de Apoio Anfíbio de Engenharia (*Engineer Amphibious Support Brigade*, EASB).<sup>32</sup> Essa brigada combinaria parte da frota de embarcações do Exército com tropas de engenharia, que poderiam ajudar a estabelecer os acampamentos-base necessários para apoiar a força conjunta no Indo-Pacífico. Além disso, esse tipo de formação seria útil na abertura ou liberação de portos marítimos, ou até mesmo na construção de instalações portuárias temporárias, se necessário. A EASB seria capaz de conduzir operações de

engenharia de construção e combate para sustentar e apoiar o combate em larga escala.<sup>33</sup> Em um ambiente não permissivo como o que a China está moldando no Indo-Pacífico, a EASB ajudaria as forças estadunidenses a obter acesso à região no caso de uma crise, como uma guerra entre Taiwan e China.

Para o Exército, formar um novo tipo de organização para melhorar sua capacidade de conduzir operações anfíbias é apenas um passo. Seriam necessários programas de treinamento e ensino para preparar melhor o pessoal do Exército para conduzir operações anfíbias nas regiões litorâneas do mundo. Para isso, o Exército deve coordenar com a Marinha e o Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, a fim de conduzir adestramentos e exercícios anfíbios conjuntos. Isso possibilitaria o compartilhamento das lições aprendidas, desenvolvimento do conhecimento institucional para os soldados em relação ao planejamento e condução de operações anfíbias e otimização da integração do Exército em futuras operações anfíbias conjuntas.<sup>34</sup> Além disso, o Exército poderia trabalhar com a Marinha e o Corpo de Fuzileiros Navais para investir em novos conectores navio-terra para permitir que as forças fiquem mais protegidas em ambientes não permissivos.

## Conclusão

A China tem sido hábil em usar seus instrumentos de poder nacional para manipular o ambiente estratégico no Indo-Pacífico, especialmente em relação a Taiwan. Os esforços diplomáticos, informacionais e econômicos da China lhe permitiram isolar cada vez mais Taiwan do resto da comunidade internacional. Os esforços chineses têm sido dirigidos a persuadir aliados a se afastarem dos EUA e a impedir o acesso estadunidense a infraestruturas-chave na região. Isso dificultaria uma resposta dos EUA a uma crise na região, como uma invasão chinesa de Taiwan. A China também tem

utilizado sua crescente riqueza para financiar esforços de reforma e modernização militares. Um ELP mais moderno e eficiente permite aos chineses respaldar seus ganhos de *soft power* (poder brando ou de influência, sem o emprego da força) com o *hard power* coercitivo. Também capacitou melhor os chineses a invadir e anexar Taiwan.

Para superar esses desafios, os EUA precisarão estar preparados para conduzir operações anfíbias e abrir a infraestrutura crítica necessária para sustentar operações na região do Indo-Pacífico. Saber operar em regiões litorâneas permitirá que as Forças Armadas dos EUA movimentem e manobrem grandes quantidades de pessoal e equipamentos, seja navio-terra ou terra-terra. Embora os EUA já tenham uma forte capacidade anfíbia em comparação com a maioria das nações, ela vem diminuindo há alguns anos. Para o Exército, essa capacidade é quase inexistente.

Será necessário que o Exército invista recursos para aumentar sua capacidade de conduzir operações anfíbias. Embora sejam organizações muito capazes, a Marinha e o Corpo de Fuzileiros Navais não podem suportar o fardo de operações no Indo-Pacífico sozinhos. O Exército contribui com uma capacidade significativa para a força conjunta no Indo-Pacífico, mas precisa posicionar suas forças na área primeiro. Um passo que o Exército pode tomar é considerar a criação de organizações específicas, como a EASB. Isso lhe permitiria estabelecer as bases e a infraestrutura de que a força conjunta precisa para apoiar as operações de combate na região. Além disso, o Exército deve trabalhar com a Marinha e o Corpo de Fuzileiros Navais para desenvolver o conhecimento institucional para conduzir operações anfíbias complexas. Essas ações permitiriam que o Exército se integrasse melhor com a força conjunta para superar os esforços chineses de negar aos EUA acesso à região do Indo-Pacífico. ■

## Referências

1. "How Much Trade Transits the South China Sea?", China Power, acesso em 30 abr. 2020, <https://chinapower.csis.org/much-trade-transits-south-china-sea/>.
2. Ibid.

3. "U.S.-APEC Bilateral Trade and Investment", Office of the United States Trade Representative, última atualização em 24 out. 2019, acesso em 30 abr. 2020, <https://ustr.gov/countries-regions/japan-korea-apec/apec/us-apec-trade-facts>.

4. Ankit Panda, "How Old Is China's Belt and Road Initiative Exactly?", *The Diplomat*, 11 February 2019, acesso em 31 ago. 2020, <https://thediplomat.com/2019/02/how-old-is-chinas-belt-and-road-initiative-exactly/>.
5. "United Nations Convention on the Law of the Sea of 10 December 1982", United Nations Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea, 11 February 2020, acesso em 31 ago. 2020, [https://www.un.org/Depts/los/convention\\_agreements/convention\\_overview\\_convention.htm](https://www.un.org/Depts/los/convention_agreements/convention_overview_convention.htm).
6. Ibid.
7. Ibid.
8. Ibid.
9. "How Uninhabited Islands Soured China-Japan Ties", BBC, 10 November 2014, acesso em 1 mar. 2020, <https://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-11341139>.
10. Jane Perlez, "Tribunal Rejects Beijing's Claims in South China Sea", *New York Times* (site), 12 July 2016, acesso em 31 ago. 2020, <https://www.nytimes.com/2016/07/13/world/asia/south-china-sea-hague-ruling-philippines.html>.
11. Hong Zhang, "Beyond 'Debt-Trap Diplomacy': The Dissemination of PRC State Capitalism", The Jamestown Foundation, 5 January 2019, acesso em 31 ago. 2020, <https://jamestown.org/program/beyond-debt-trap-diplomacy-the-dissemination-of-prc-state-capitalism/>.
12. Ibid.
13. Ibid.
14. Ibid.
15. P. W. Singer and Emerson T. Brooking, *LikeWar: The Weaponization of Social Media* (New York: Houghton Mifflin Harcourt, 2018).
16. Amy E. Searight, *Chinese Influence Activities with U.S. Allies and Partners in Southeast Asia* (Washington, DC: Center for Strategic and International Studies, 6 April 2018), acesso em 1º maio 2020, <https://www.csis.org/analysis/chinese-influence-activities-us-allies-and-partners-southeast-asia>.
17. *Annual Report to Congress: Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2019* (Washington, DC: Office of the Secretary of Defense, 2019), acesso em 1º maio 2020, [https://media.defense.gov/2019/May/02/2002127082/-1/-1/1/2019\\_CHINA\\_MILITARY\\_POWER\\_REPORT.pdf](https://media.defense.gov/2019/May/02/2002127082/-1/-1/1/2019_CHINA_MILITARY_POWER_REPORT.pdf).
18. Ibid.
19. Searight, *Chinese Influence Activities with U.S. Allies and Partners in Southeast Asia*.
20. Melanie Manion, "Politics in China", in *Comparative Politics Today: A World View*, ed. G. Bingham Powell et al., vol. 12 (New York: Pearson, 2018), p. 340-76.
21. Ibid.
22. Shaun Turton, "China's Belt and Road Ports Raise Red Flags over Military Plans", *Nikkei Asian Review*, 23 July 2019, acesso em 2 maio 2020, <https://asia.nikkei.com/Spotlight/Asia-Insight/China-s-Belt-and-Road-ports-raise-red-flags-over-military-plans>.
23. "China's Belt and Road Initiative and Aviation", Centre for Asia Pacific Aviation, 26 July 2018, acesso em 2 maio 2020, <https://centreforaviation.com/analysis/airline-leader/chinas-belt-and-road-initiative-and-aviation-427350>.
24. Joel Wuthnow and Phillip C. Saunders, "Chinese Military Reforms in the Age of Xi Jinping: Drivers, Challenges, and Implications", *Chinese Strategic Perspectives* No. 10 (Washington, DC: National Defense University Press, March 2017), acesso em 18 ago. 2020, <http://ndupress.ndu.edu/Portals/68/Documents/stratperspective/china/ChinaPerspectives-10.pdf?ver=2017-03-21-152018-430>.
25. *Annual Report to Congress*.
26. Ibid., p. 35.
27. Ibid., p. 86.
28. Brett A. Friedman, "Ensuring Access in a Maritime World", *Proceedings* 145, no. 4/1394 (April 2019), acesso em 2 maio 2020, <https://www.usni.org/magazines/proceedings/2019/april/ensuring-access-maritime-world>.
29. Ibid.
30. Robert F. Gold, "The Engineer Amphibious Support Brigade: A Concept for Future Operations Rooted in the Past", *Engineer* 50 (January-April 2020): p. 30-33, acesso em 2 maio 2020, [https://home.army.mil/wood/application/files/9415/8680/1624/EN\\_Jan-Apr\\_2020\\_reduced\\_size.pdf](https://home.army.mil/wood/application/files/9415/8680/1624/EN_Jan-Apr_2020_reduced_size.pdf).
31. Ibid., p. 31.
32. Ibid.
33. Ibid.
34. Ibid., p. 33.